

CENTRO & PORTUGAL

Boletim trimestral **35**

*Informação reportada ao
segundo trimestre de 2017*

ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é definida na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



35

Boletim trimestral

Informação reportada ao segundo trimestre de 2017

FICHA TÉCNICA

Editor

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Setembro de 2017

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdrc.pt

Alguns dados de informação conjuntural encontram-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



DATA CENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
de PORTUGAL

No segundo trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto aumentou 2,9% em termos homólogos reais, tendo continuado em aceleração face aos trimestres anteriores. Esta evolução resultou sobretudo do contributo da procura interna, que foi impulsionada pelo aumento do investimento. A procura externa líquida manteve um ligeiro contributo positivo. A taxa de desemprego nacional desceu para os 8,8%, a mais baixa dos últimos anos, e o nível de preços cresceu 1,4%, mantendo-se como o crescimento mais elevado dos últimos anos. A confiança dos empresários aumentou face ao trimestre homólogo e a dos consumidores assumiu finalmente valores positivos.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, em termos homólogos, verificou-se uma redução do desemprego e um aumento do emprego. A taxa de desemprego na Região Centro cifrou-se nos 7,0%. Também a taxa de atividade e a população ativa aumentaram ligeiramente, em termos homólogos, por contraste com a população inativa que diminuiu. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem diminuiu, em termos reais, face a igual período do ano anterior, enquanto os custos com o trabalho aumentaram.

No setor empresarial da Região Centro assistiu-se, face a igual período do ano anterior, ao aumento das empresas constituídas e a uma diminuição das ações de insolvência, do crédito vencido e dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro. O setor da construção continuou a apresentar uma evolução positiva, evidenciada pelos aumentos homólogos em todos os indicadores regionais de obras licenciadas e concluídas. A atividade turística registou os melhores resultados dos últimos anos, com um significativo aumento homólogo nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, assistiu-se a uma intensificação da contração homóloga real das saídas de bens e ao abrandamento do crescimento homólogo real das entradas de bens. Todos os indicadores representativos do consumo privado regional apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas. A taxa de inflação homóloga regional aumentou 1,1%.

No Centro 2020, até 30 de junho de 2017, estavam aprovadas 3.076 operações e 801,6 milhões de euros de incentivos para apoiar intenções de investimento na região de 1.447 milhões de euros. Para além deste volume de aprovações do Programa Operacional Regional, nos restantes Programas Operacionais tinham sido aprovados 2,1 mil milhões de euros de fundos europeus referentes a projetos com investimento na Região Centro.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto aumentou 2,9% em termos homólogos reais, tendo continuado em aceleração face aos trimestres anteriores. Esta evolução resultou sobretudo do contributo da procura interna, que foi impulsionada pelo aumento do investimento. A procura externa líquida manteve um ligeiro contributo positivo. A taxa de desemprego nacional desceu para os 8,8%, a mais baixa dos últimos anos, e o nível de preços cresceu 1,4%, mantendo-se como o crescimento mais elevado dos últimos anos. A confiança dos empresários aumentou face ao trimestre homólogo e a dos consumidores assumiu finalmente valores positivos.

9,3%
foi o acréscimo homólogo real do investimento e

8,8%
a taxa de desemprego

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015
PIB*	v. h. (%)	2,9	2,8	2,0	1,7	0,9	1,4	1,6
Procura interna	v. h. (%)	2,7	2,6	2,5	1,0	0,8	1,5	2,5
Consumo das famílias	v. h. (%)	1,5	1,7	2,3	1,5	1,4	1,9	2,1
Formação bruta de capital	v. h. (%)	9,3	7,7	3,6	-1,8	-2,2	-0,6	4,7
Taxa de investimento	%	17,3	16,4	16,5	15,7	16,3	16,0	16,3
Exportações	v. h. (%)	8,2	9,5	6,6	5,5	1,9	4,4	6,1
Importações	v. h. (%)	7,5	8,8	7,7	3,9	1,5	4,5	8,2
VAB	v. h. (%)	2,3	2,2	1,5	0,8	0,2	0,8	1,2
Taxa de desemprego	%	8,8	10,1	10,5	10,5	10,8	11,1	12,4
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	1,4	1,4	0,8	0,7	0,5	0,6	0,5
Indicador de confiança dos consumidores	%	1,7	-3,4	-8,2	-12,4	-12,6	-11,1	-12,3
Indicador de clima económico	%	2,0	1,4	1,2	1,3	1,2	1,1	1,0
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,100	1,065	1,079	1,116	1,129	1,107	1,110
	v. h. (%)	-2,6	-3,4	-1,5	0,4	2,2	-0,3	-16,5

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no segundo trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume aumentou 2,9% face ao trimestre homólogo¹, tendo continuado em aceleração relativamente aos trimestres anteriores.

Para esta evolução contribuiu sobretudo a procura interna, que aumentou 2,7% na comparação homóloga, resultado da aceleração do investimento, que passou de um crescimento homólogo de 7,7% no primeiro trimestre de 2017, para 9,3% neste trimestre. A taxa de investimento fixou-se assim nos 17,3%. Já o consumo das famílias continuou a abrandar, tendo-se registado, neste trimestre, um aumento homólogo real de 1,5%.

A procura externa líquida manteve, neste trimestre, um ligeiro contributo positivo para a variação homóloga real do PIB, tendo-se verificado um crescimento menos intenso do que no trimestre anterior tanto nas exportações de bens e serviços, como nas importações. Os

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.
Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

respetivos aumentos homólogos reais foram, neste trimestre, de 8,2% e 7,5%, tendo ambas as componentes de bens e de serviços contribuído para estes crescimentos.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,3% em termos homólogos reais, apresentando a taxa de crescimento mais elevada desde o terceiro trimestre de 2010. Destacam-se os aumentos homólogos reais nos ramos da “construção” (8,1%), “indústria” (5,2%), “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (4,1%) e “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (3,6%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego diminuiu para os 8,8%, menos 2,0 pontos percentuais do que no trimestre homólogo, sendo a taxa mais baixa desde o final de 2009. Estimavam-se 461,4 mil indivíduos desempregados no país no segundo trimestre de 2017, traduzindo uma diminuição trimestral e homóloga do desemprego de 62,5 e 97,9 mil indivíduos, respetivamente.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, voltou a conhecer um aumento homólogo de 1,4%, o maior dos últimos anos. Das 12 classes, apenas três registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, mais concretamente, “vestuário e calçado”, “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” e “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis”. Nas restantes classes ocorreram aumentos homólogos destacando-se as classes “comunicações” (3,5%), “restaurantes e hotéis” (2,7%), “transportes” (2,6%) e “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,2%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores finalmente assumiram valores positivos, o que significa que existiram mais respostas otimistas do que pessimistas às questões sobre a perspetiva das famílias relativamente à evolução da situação económica do país e financeira do lar. A confiança dos empresários continuou a aumentar face ao trimestre homólogo e face aos trimestres precedentes, segundo o indicador de clima económico³, também do INE.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma desvalorização do euro, o que se traduz num preço inferior para igual quantidade de bens exportados mas num preço superior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar, da situação económica do País, do desemprego no País e sobre as perspetivas de poupança.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

No segundo trimestre de 2017, na Região Centro, em termos homólogos, assistiu-se a uma redução do desemprego e a um aumento do emprego, na mesma proporção. Também a taxa de atividade e a população ativa aumentaram ligeiramente, em termos homólogos, por contraste com a população inativa que diminuiu. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem diminuiu, em termos reais, face a igual período do ano anterior, enquanto os custos com o trabalho aumentaram.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2017, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶ na Região Centro aumentou ligeiramente face ao trimestre anterior e homólogo para os 58,7%, situando-se, no entanto, abaixo da média nacional de 59,0%. Como habitual, a taxa de atividade regional dos homens foi bastante superior à das mulheres (66,2% contra 52,1%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascendia a 1.149,5 mil indivíduos, tendo-se registado um ligeiro acréscimo de 0,8% face a igual período do ano anterior. Já os inativos⁸ totalizavam 1.088,1 mil indivíduos, menos 1,7% do que no trimestre homólogo, evolução que se deveu ao decréscimo dos estudantes com 15 e mais anos, reformados e outros inativos, sendo contrariada pelos domésticos.

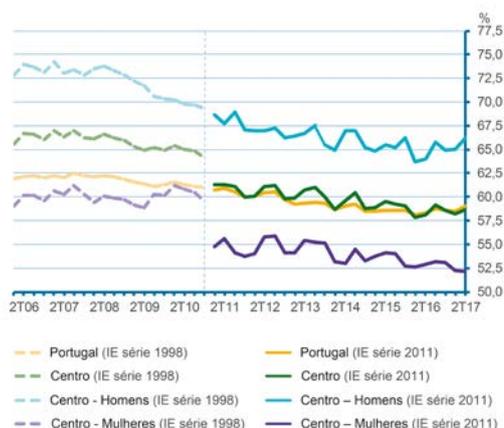
7,0%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre e

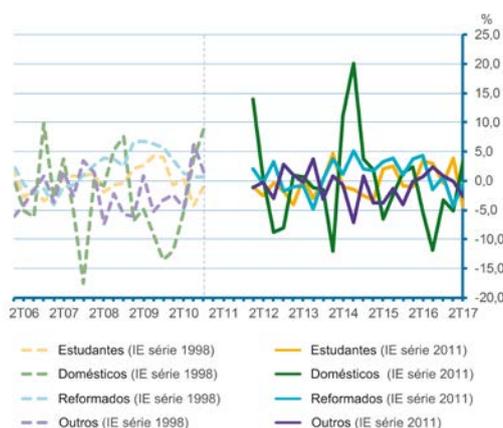
54,6%

foi a taxa de emprego regional

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)⁹



⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁶ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁸ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluíam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015
		média trimestral						
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	59,0	58,5	58,6	58,8	58,3	58,5	58,6
Centro	%	58,7	58,2	58,6	59,1	58,1	58,4	59,1
	v. h. (p.p.)	0,6	0,4	-0,4	-0,1	-1,4	-0,7	-0,3
População ativa – Centro	milhares	1.149,5	1.141,2	1.150,8	1.160,7	1.140,9	1.147,0	1.161,4
	v. h. (%)	0,8	0,5	-0,5	-0,2	-2,3	-1,2	-0,8
População inativa – Centro	milhares	1.088,1	1.099,4	1.093,2	1.085,3	1.107,2	1.100,1	1.092,0
	v. h. (%)	-1,7	-1,4	0,2	-0,3	1,8	0,7	-0,7
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	181,6	184,7	171,1	169,2	190,3	177,1	174,9
	v. h. (%)	-4,6	3,9	-0,3	2,9	3,5	1,3	0,0
Domésticos	milhares	98,6	98,3	100,5	94,5	95,4	98,5	103,4
	v. h. (%)	3,4	-5,2	-3,4	-11,8	-5,4	-4,7	-1,4
Reformados	milhares	375,6	370,6	375,7	374,3	377,4	378,7	372,0
	v. h. (%)	-0,5	-4,4	0,7	-1,5	4,4	1,8	2,4
Outros	milhares	432,4	445,8	445,8	447,3	444,1	445,8	441,7
	v. h. (%)	-2,6	-0,1	0,8	2,4	0,7	0,9	-3,3

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no segundo trimestre de 2017, foi de 54,6%, valor superior à média nacional (53,8%) e o mais elevado da região desde o quarto trimestre de 2011.

¹⁰ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

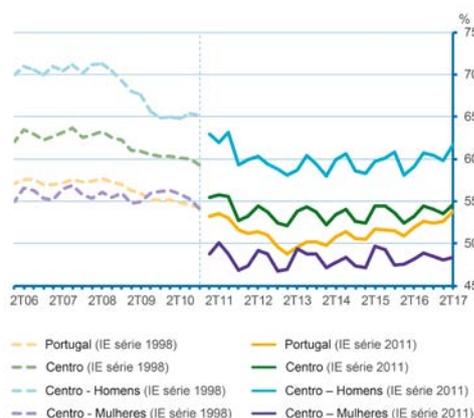
¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.069,4 mil indivíduos, valor acima do registado no mesmo período do ano anterior e o maior dos últimos 15 trimestres. Destacam-se, pelo seu contributo mais expressivo em cada categoria, o aumento do emprego masculino em 4,3%, dos empregados dos 15 aos 24 anos, que registaram um acréscimo de 4,8% e do emprego no setor secundário com um crescimento de 7,0%.

O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 4,4% em termos homólogos. Este crescimento foi mais significativo nos trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário como habilitação e nos contratados sem termo. A evolução de ambos os regimes de duração de trabalho (tempo completo e tempo parcial) contribuiu também para o aumento destes trabalhadores.

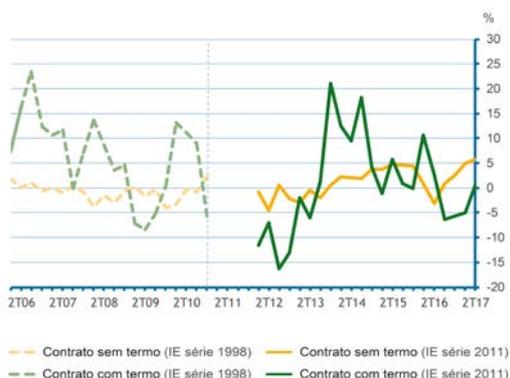
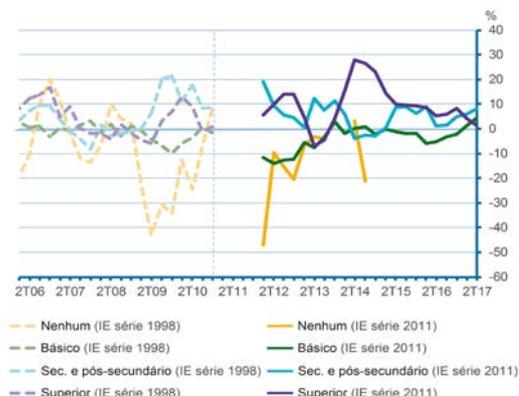
Já os trabalhadores por conta própria registaram uma contração de 2,9% face a igual período do ano anterior, evolução que se deveu à variação homóloga negativa de 4,1% dos trabalhadores isolados e que foi contrariada pelos empregadores, que aumentaram 1,1%.

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão¹¹ (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹²

Quadro 3 – Emprego		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	53,8	52,6	52,4	52,6	51,9	52,0	51,3
Centro	%	54,6	53,5	54,0	54,4	53,2	53,5	53,7
	v. h. (p.p.)	1,4	1,1	0,4	0,0	-1,2	-0,2	0,7
População empregada – Centro	milhares	1.069,4	1.049,2	1.060,4	1.068,3	1.045,4	1.051,0	1.054,3
	v. h. (%)	2,3	1,9	0,8	0,1	-2,2	-0,3	0,8
Homens	v. h. (%)	4,3	2,9	-0,3	1,1	-1,0	-0,1	0,3
Mulheres	v. h. (%)	0,1	0,8	2,1	-1,0	-3,4	-0,5	1,4
15 - 24 anos	v. h. (%)	4,8	-1,8	6,1	-4,2	-2,3	1,9	-1,1
25 - 44 anos	v. h. (%)	0,3	-1,2	0,7	1,5	-2,0	0,5	1,0
45 anos ou mais	v. h. (%)	3,8	5,2	0,4	-0,7	-2,3	-1,3	0,8
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	1,5	1,2	-5,1	-11,9	-12,2	-10,3	-8,9
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	7,0	2,8	6,1	2,7	-0,3	1,5	3,9
Serviços	v. h. (%)	0,3	1,6	-0,4	1,6	-0,7	1,0	1,8
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	834,1	822,9	829,5	820,5	798,8	811,4	802,4
	v. h. (%)	4,4	3,3	2,0	0,7	-0,5	1,1	3,3
Contratos sem termo	v. h. (%)	5,7	5,0	2,6	0,9	-3,2	0,3	4,4
Contratos com termo	v. h. (%)	0,7	-5,0	-5,7	-6,4	2,6	0,1	1,3
Tempo completo	v. h. (%)	4,4	2,4	0,8	0,4	-0,2	1,0	4,0
Tempo parcial	v. h. (%)	4,4	14,9	18,2	5,9	-4,0	3,0	-5,7
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	0,0	§	§	§	23,1	-20,7
Básico	v. h. (%)	4,7	1,3	-2,1	-3,1	-5,4	-4,1	-1,4
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	8,3	5,7	4,8	1,6	1,3	4,1	5,9
Superior	v. h. (%)	1,2	4,2	8,1	5,8	5,3	6,9	10,7
Trabalhadores por conta própria	milhares	230,4	222,0	225,5	237,8	237,3	230,7	245,1
	v. h. (%)	-2,9	0,0	-3,4	-3,1	-8,2	-5,9	-6,8
Isolados	v. h. (%)	-4,1	-2,5	-5,8	-8,4	-8,3	-7,7	-8,2
Empregadores	v. h. (%)	1,1	8,3	5,1	15,9	-8,0	0,5	-1,3

§: Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

A taxa de desemprego¹³ regional foi de 7,0%, no segundo trimestre de 2017, traduzindo uma diminuição de 1,4 p.p. face ao trimestre homólogo e representando a taxa mais baixa registada na região desde o terceiro trimestre de 2009. Este valor manteve-se inferior à média nacional, que foi de 8,8%, e voltou a ser o mais baixo das sete regiões portuguesas. O escalão etário dos 15 aos 24 anos, apesar da tendência de diminuição iniciada no terceiro trimestre de 2016, continua a ser dos mais afetados pelo desemprego tendo registado, neste trimestre, uma taxa de 20,9%. A taxa de desemprego das mulheres também voltou a ser superior à dos homens (7,2% contra 6,8%), retomando assim o comportamento habitual.

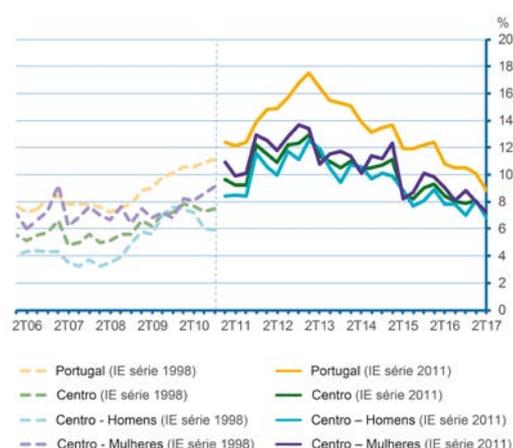
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 80,1 mil indivíduos, menos 16,1% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, à

¹² Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

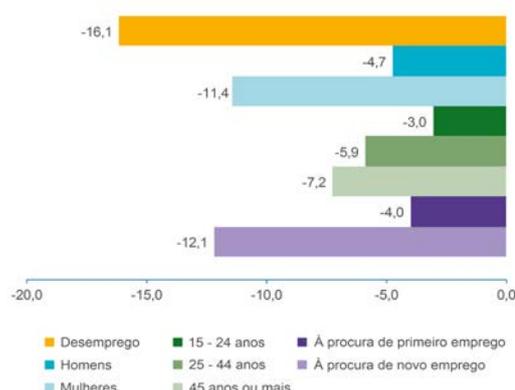
¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

exceção dos desempregados à procura de emprego há menos de 12 meses, que conheceram um aumento de 7,6%, todas as restantes categorias registaram quebras homólogas neste trimestre, sendo de destacar a diminuição dos desempregados à procura do primeiro emprego (-32,5%), à procura de emprego há 12 ou mais meses (-31,9%) e as mulheres desempregadas (-21,8%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	8,8	10,1	10,5	10,5	10,8	11,1	12,4
Centro	%	7,0	8,1	7,9	8,0	8,4	8,4	9,2
	v. h. (p.p.)	-1,4	-1,2	-1,1	-0,2	-0,1	-0,8	-1,4
Homens	%	6,8	8,1	7,0	7,8	7,8	7,8	8,7
Mulheres	%	7,2	8,0	8,8	8,1	9,0	8,9	9,8
15 - 24 anos	%	20,9	26,4	26,9	27,4	25,1	26,8	28,8
25 - 44 anos	%	7,3	7,9	8,0	7,4	8,3	8,2	9,2
45 anos ou mais	%	5,0	5,8	5,1	5,7	6,4	6,1	6,6
População desempregada – Centro	milhares	80,1	92,0	90,5	92,4	95,5	96,0	107,0
	v. h. (%)	-16,1	-12,9	-13,6	-3,3	-4,0	-10,3	-14,1
Homens	v. h. (%)	-9,8	-6,9	-15,4	2,2	-13,8	-10,2	-17,0
Mulheres	v. h. (%)	-21,8	-18,6	-11,7	-8,3	7,3	-10,3	-11,1
15 - 24 anos	v. h. (%)	-16,8	-8,5	-19,0	-6,1	-0,6	-7,4	1,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	-13,1	-13,3	0,5	-5,1	-5,9	-12,4	-24,8
45 anos ou mais	v. h. (%)	-19,4	-14,6	-25,0	0,9	-3,3	-9,5	-4,7
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-32,5	-42,5	-48,3	-26,2	-14,6	-26,2	-0,6
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-13,8	-8,6	-5,3	2,4	-2,2	-7,3	-16,2
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	7,6	-0,9	-7,9	-13,3	0,3	-7,5	-13,0
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-31,9	-21,4	-17,1	3,6	-6,7	-12,1	-14,7

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 804 euros, que apesar de, em termos absolutos, ser superior ao registado no mesmo período do ano anterior, representa em termos reais uma diminuição homóloga de 1,3%. Esta evolução do salário médio da região contrariou o padrão nacional, que conheceu uma variação homóloga real de 0,1%, cifrando-se nos 851 euros.

O índice de custo do trabalho¹⁴ aumentou em termos homólogos reais na região (2,7%), sendo que no país teve uma variação quase nula. Para esta variação regional contribuiu um crescimento homólogo tanto dos custos salariais suportados pela entidade empregadora, como dos outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

¹⁴ O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	851	846	846	840	838	839	828
	v. h. real (%)	0,1	0,1	0,7	0,7	1,1	0,7	1,4
Centro	€	804	791	798	798	803	799	775
	v. h. real (%)	-1,3	-2,0	0,6	2,6	2,7	2,5	2,0
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	0,0	2,7	-1,8	-0,7	1,0	-0,8	2,2
	v. h. real (%)	2,7	3,3	-0,6	0,2	1,8	0,1	3,8

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTRADO

No segundo trimestre de 2017, assistiu-se à maior diminuição homóloga dos desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro dos últimos 10 anos. Também as colocações realizadas pelo IEFP diminuíram face a igual período do ano anterior.

Neste trimestre, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro atingiram os 75,3 mil, o que corresponde a um dos valores mais baixos dos últimos 10 anos, bem como à maior diminuição homóloga (-20,3%) registada.

Para este desempenho foi determinante a quebra homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região, que conheceram neste trimestre uma variação negativa de 19,3% face a igual período do ano anterior (também a mais elevada dos últimos 10 anos). Em média, por dia, registaram-se 271 novos desempregados (menos 65 do que em igual período do ano anterior).

-20,3%

desempregados registados nos centros regionais de emprego do que no trimestre homólogo e

93

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros regionais de emprego

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	75,3	83,2	82,2	86,1	94,4	91,1	98,7
	v. h. (%)	-20,3	-18,2	-14,6	-8,2	-3,6	-7,6	-13,7
Novos desempregados**	milhares	24,4	31,2	31,9	34,3	30,2	32,4	35,5
	v. h. (%)	-19,3	-6,0	-13,4	-9,9	-3,7	-8,6	-0,2
Colocações do IEFP**	milhares	8,4	8,0	6,3	9,2	10,5	9,0	10,3
	v. h. (%)	-20,2	-20,7	-28,7	-19,1	-1,0	-11,9	12,4

* valores médios trimestrais

**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

As colocações efetuadas pelo IEFP também registaram, neste trimestre, uma variação homóloga negativa de 20,2%. Em termos médios, ocorreram cerca de 93 colocações por dia, menos 24 colocações diárias do que em igual trimestre do ano anterior.

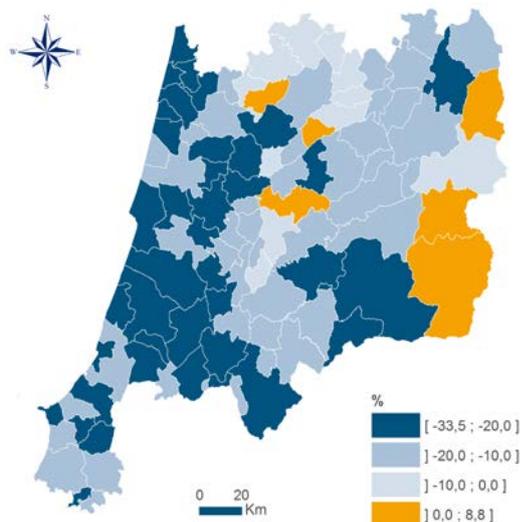
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em apenas seis ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se com os maiores crescimentos homólogos Vouzela (8,8%), Arganil (5,9%) e Penamacor (5,6%). Na maioria dos municípios (94), o número

¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado})_i / (\text{população média residente 15-64 anos})_i] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2016.

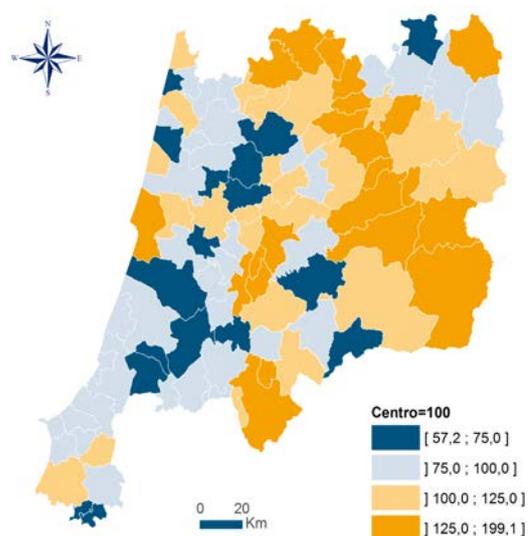
de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas expressivas reduções homólogas, Murtosa (-33,5%), Ourém (-32,9%), Vagos (-31,4%), Vila Velha de Ródão (-31,4%), Porto de Mós (-31,3%) e Ovar (-31,1%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 54 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ourém (57,2), Batalha e Vagos (ambos com 59,9). Dos 46 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com índices acima de 155, os municípios de Idanha-a-Nova (199,1), Castanheira de Pera (182,7), Belmonte (164,5) e Castro Daire (162,7).

Variação homóloga do desemprego registado no segundo trimestre de 2017



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2017¹⁵



EMPRESAS

5,0%

foi a variação homóloga das empresas constituídas na região e

-26,8%

a variação das ações de insolvência na região

No segundo trimestre de 2017, assistiu-se na Região Centro, a um aumento da constituição de empresas e a uma diminuição significativa das ações de insolvência face a igual período do ano anterior. Também o crédito vencido diminuiu face ao trimestre homólogo e anterior, continuando, no entanto, a apresentar níveis elevados. Já os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro continuaram em queda.

Neste trimestre, foram constituídas 1.541 empresas na Região Centro, o que equivale a um aumento de 5,0% face a igual período do ano anterior (acima da média nacional de 3,8%), infletindo face a seis trimestres de quebras homólogas consecutivas. Em termos médios, foram criadas 17 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 108 novas empresas criadas diariamente no país (mais quatro do que no trimestre homólogo).

As ações de insolvência¹⁶ na região registaram uma significativa quebra homóloga de 26,8%, valor superior à evolução nacional (-21,1%) e aos trimestres anteriores, o que resultou em 300 ações neste trimestre. Em média, por dia, em Portugal ocorreram 19 ações de insolvência, das quais três eram de empresas com sede na Região Centro.

¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de quebra observada nos últimos anos, assistindo-se mesmo à sua aceleração há oito trimestres consecutivos. Assim, a evolução homóloga real na região foi de -6,2%, enquanto a média nacional cifrou-se nos -8,5%.

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo e anterior. Deste modo, no segundo trimestre de 2017, este indicador fixou-se nos 12,4% na região, ficando abaixo da média do país (14,9%) e um pouco mais distante do máximo histórico atingido no terceiro trimestre de 2016 (de 13,2%).

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015	
		média trimestral							
Empresas constituídas									
Portugal	número	9.709	11.938	8.530	7.987	9.354	9.206	9.373	
	v. h. (%)	3,8	9,0	2,1	-0,5	-0,9	-1,8	6,9	
Centro	número	1.541	1.850	1.274	1.288	1.468	1.487	1.639	
	v. h. (%)	5,0	-3,5	-5,3	-10,0	-10,8	-9,3	10,7	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras									
Portugal	milhões €	75.204	76.381	76.989	79.854	80.986	79.955	84.623	
	v. h. real (%)	-8,5	-8,1	-7,3	-6,0	-6,0	-6,1	-4,4	
Centro	milhões €	13.963	14.068	14.047	14.502	14.681	14.484	14.913	
	v. h. real (%)	-6,2	-5,7	-4,9	-3,6	-2,8	-3,5	-1,4	
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	14,9	15,5	15,2	16,1	16,1	15,9	15,8	
Centro	%	12,4	12,7	12,3	13,2	13,0	12,9	12,6	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1.748	2.137	1.860	1.488	2.216	1.945	1.943	
	v. h. (%)	-21,1	-3,5	-2,7	-3,9	3,4	0,1	7,7	
Centro	número	300	364	369	298	410	382	390	
	v. h. (%)	-26,8	-18,9	-2,6	-11,3	-4,2	-2,2	11,0	

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

7,8%foi a diminuição
homóloga real das saídas
de bens da região e**5,7%**foi o crescimento homólogo
real das entradas de bens na
região

No segundo trimestre de 2017, na Região Centro, assistiu-se, por um lado, a uma intensificação da contração homóloga real das saídas de bens e, por outro lado, a um abrandamento do crescimento homólogo real das entradas de bens. O mercado extracomunitário registou a mais significativa diminuição das saídas e o mais expressivo crescimento das entradas.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, uma contração homóloga real¹⁷ de 7,8%, contrariando o aumento da média nacional de 4,1% e dando continuidade à quebra registada no trimestre anterior, que havia interrompido 15 trimestres consecutivos de aumentos. Esta evolução é explicada pela diminuição homóloga das saídas para os mercados intra e extracomunitário, pelo segundo trimestre consecutivo, cifrando-se, neste trimestre, nos -7,8% e -7,9%, respetivamente.

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	13.803,2	13.993,3	13.048,4	12.319,3	12.769,7	12.505,6	12.408,5
	v. h. real (%)	4,1	13,3	5,1	5,9	3,5	4,1	5,5
Intracomunitárias	milhões €	10.284,2	10.452,1	9.405,0	9.222,3	9.738,9	9.392,8	9.017,8
	v. h. real (%)	1,7	9,3	3,8	10,1	9,0	7,6	8,3
Extracomunitárias	milhões €	3.519,0	3.541,2	3.643,4	3.097,0	3.030,9	3.112,7	3.390,7
	v. h. real (%)	11,8	27,2	8,8	-4,9	-10,9	-5,2	-1,1
Centro	milhões €	2.728,4	2.709,6	2.829,6	2.659,8	2.850,7	2.777,4	2.743,9
	v. h. real (%)	-7,8	-5,9	1,9	4,6	5,4	4,6	21,2
Intracomunitárias	milhões €	2.170,5	2.160,6	2.129,4	2.055,7	2.267,2	2.163,1	2.089,5
	v. h. real (%)	-7,8	-5,5	2,0	7,2	9,7	6,9	21,5
Extracomunitárias	milhões €	557,9	549,0	700,2	604,1	583,5	614,3	654,4
	v. h. real (%)	-7,9	-7,2	1,8	-3,4	-8,4	-3,0	20,3
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	17.478,0	16.667,2	16.254,4	15.142,1	15.471,2	15.310,7	15.086,2
	v. h. real (%)	7,9	9,0	6,8	5,3	3,4	5,5	7,8
Intracomunitárias	milhões €	13.174,0	12.738,2	12.668,7	11.638,0	12.090,2	11.908,7	11.546,5
	v. h. real (%)	4,1	6,5	7,1	7,0	7,7	7,2	10,3
Extracomunitárias	milhões €	4.304,0	3.928,9	3.585,7	3.504,1	3.381,0	3.402,0	3.539,7
	v. h. real (%)	21,6	17,7	6,0	0,0	-9,7	-0,1	0,2
Centro	milhões €	2.330,6	2.249,4	2.083,3	1.976,1	2.107,4	2.029,7	1.941,9
	v. h. real (%)	5,7	8,3	7,0	9,7	8,9	8,7	10,8
Intracomunitárias	milhões €	1.927,3	1.842,1	1.766,7	1.636,3	1.757,9	1.685,5	1.618,1
	v. h. real (%)	4,7	9,5	9,1	10,0	8,4	8,3	9,3
Extracomunitárias	milhões €	403,3	407,3	316,6	339,7	349,4	344,2	323,9
	v. h. real (%)	10,3	3,1	-3,2	8,5	11,4	10,5	19,1

* Os valores de 2015 são definitivos, os de 2016 provisórios e os de 2017 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

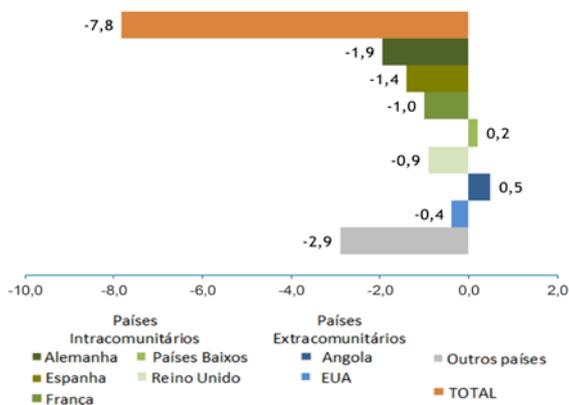
Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificaram-se aumentos homólogos reais em nove, com destaque para as secções “animais vivos e produtos do reino animal” (19,6%), “produtos do reino vegetal” (18,2%) e “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (16,2%), as quais representavam 18% das saídas de bens da região no trimestre. A quebra homóloga real mais significativa ocorreu na secção “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (-70,0%).

Analisando as saídas de bens da região por países de destino, com base naqueles com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constata-se que os países que mais contribuíram para a variação homóloga regional de -7,8% foram, no mercado intracomunitário, a Alemanha, a Espanha e a França (que no conjunto contribuíram em -4,3 p.p. para a variação total) e no mercado extracomunitário, os EUA (-0,4%). A contrariar esta evolução temos os contributos positivos, mas menos significativos, de Angola (0,5%) e dos Países Baixos (0,2%).

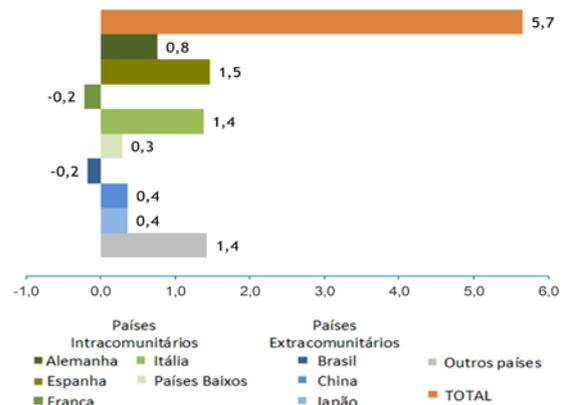
¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que representavam no seu conjunto mais de 69% e 77% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

Contributos dos países para a taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro (%)



Contributos dos países para a taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro (%)



Ao contrário das saídas, as entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um crescimento real de 5,7%, no entanto, abaixo da média nacional de 7,9%, e com um abrandamento face aos trimestres anteriores. Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução positiva na região, tendo, no entanto, o crescimento das entradas provenientes dos países fora da União Europeia sido mais significativo (10,3% contra 4,7%).

Em termos das entradas de bens por grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, verificaram-se variações homólogas reais positivas em nove das 12 secções consideradas, com destaque para os grupos “metais comuns e suas obras” (12,8%), “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (11,3%) e “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (10,7%), as quais são responsáveis por 44% das entradas de bens na região no trimestre. A maior quebra ocorreu na secção “matérias têxteis e suas obras” (-7,5%).

Do lado das entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, neste trimestre, verificou-se que a Espanha e a Itália foram, no mercado intracomunitário, os países que contribuíram mais significativamente (no conjunto 2,9 p.p.) para o crescimento homólogo regional de 5,7%, por contraste com a França que apresentou um contributo negativo de 0,2%. No mercado extracomunitário, apenas as importações provindas do Brasil contrariaram a evolução registada.

TURISMO

22,6%

foi o crescimento homólogo das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da região e

26,4%

foi o crescimento homólogo real dos seus proveitos

A atividade turística registou os melhores resultados dos últimos anos no segundo trimestre de 2017, com um significativo aumento homólogo nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros.

O setor do turismo evidenciou um grande dinamismo no segundo trimestre de 2017, tanto na Região Centro, como ao nível nacional. Na região, registou-se o maior crescimento homólogo da última década do número de hóspedes (18,1%), de dormidas (22,6%) e de proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros (26,4%). Adicionalmente, todos estes indicadores cresceram acima da média nacional que foi de 11,7% nos hóspedes, 12,1% nas dormidas e 20,0% nos proveitos totais. Apesar disto, a estada média foi de 2,8 noites no país e 1,7 noites na Região Centro, mantendo-se inalterada face a igual período do ano anterior, embora mais elevada do que nos dois trimestres anteriores. Para a evolução regional dos proveitos foi determinante o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento que cresceram 31,6% e que representavam, neste trimestre, cerca de 69% do total de proveitos em estabelecimentos hoteleiros.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros
(variação homóloga)



Proveitos totais
(variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo*		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015	
		média trimestral							
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	5.924	3.429	4.021	6.516	5.301	4.765	4.340	
	v. h. (%)	11,7	6,4	11,7	7,4	8,1	9,8	7,8	
Centro	milhares	887	508	609	995	751	709	645	
	v. h. (%)	18,1	5,8	10,4	9,9	7,9	9,9	10,9	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	16.448	8.812	10.415	20.058	14.674	13.379	12.213	
	v. h. (%)	12,1	5,3	12,8	6,2	8,2	9,6	5,9	
Centro	milhares	1.544	794	995	1.909	1.259	1.235	1.126	
	v. h. (%)	22,6	1,9	10,3	9,7	7,2	9,7	8,7	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	2,8	2,6	2,6	3,1	2,8	2,8	2,8	
Centro	n.º noites	1,7	1,6	1,6	1,9	1,7	1,7	1,7	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	937.664	447.726	561.605	1.173.359	769.958	725.106	619.746	
	v. h. real (%)	20,0	11,6	19,0	15,2	14,4	16,3	12,0	
Centro	milhares €	72.608	37.716	47.640	88.898	56.641	57.120	50.271	
	v. h. real (%)	26,4	5,4	11,4	13,2	10,2	12,9	13,1	

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2017 são provisórios exceto os do mês mais recente que são preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

No segundo trimestre de 2017, o setor da construção continuou a apresentar uma evolução positiva, evidenciada pelos aumentos homólogos em todos os indicadores regionais de obras licenciadas e concluídas. Das variáveis relativas ao crédito à habitação, apenas o crédito vencido manteve uma tendência favorável.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.335 edifícios, o que corresponde a um aumento de 5,7% face ao trimestre homólogo, embora menos significativo que o observado nos trimestres anteriores e abaixo da média nacional de 7,6%. Os restantes indicadores do licenciamento também apresentaram uma variação regional positiva, apesar do abrandamento do ritmo de crescimento homólogo. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de construções novas na região cresceu 15,0% e o licenciamento de novos fogos para habitação familiar 14,9%.

Os edifícios concluídos aumentaram 5,6%, na região, face a igual período do ano anterior, mantendo uma evolução positiva, mas menos expressiva, que a do trimestre anterior (que tinha interrompido as quebras consecutivas que se registavam desde o segundo trimestre de 2007). Para este padrão regional contribuiu o acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (6,3%) e dos fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (4,2%). Em termos nacionais manteve-se a evolução significativa registada no trimestre anterior, com os edifícios concluídos a conhecer um crescimento homólogo de 12,2%.

14,9%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos para habitação familiar licenciados na região

-8,8%

foi a evolução homóloga real regional do crédito à habitação vencido

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015	
								média trimestral	
Edifícios licenciados*									
Portugal	número	4.646	4.963	4.385	4.189	4.316	4.181	3.737	
	v. h. (%)	7,6	29,5	17,0	18,7	16,1	11,9	-3,3	
Centro	número	1.335	1.403	1.347	1.191	1.263	1.233	1.160	
	v. h. (%)	5,7	23,9	14,6	6,6	9,1	6,3	-11,9	
Construções novas	número	918	925	873	776	798	800	754	
	v. h. (%)	15,0	23,0	17,5	6,0	4,3	6,1	-2,9	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	14,9	37,9	45,1	18,4	27,5	26,7	11,5	
Edifícios concluídos* **									
Portugal	número	2.903	2.896	2.807	2.707	2.587	2.665	2.752	
	v. h. (%)	12,2	13,1	7,4	-0,1	-7,6	-3,2	-13,8	
Centro	número	869	943	846	870	823	835	921	
	v. h. (%)	5,6	17,6	-4,0	-0,9	-12,4	-9,3	-16,5	
Construções novas	número	611	666	587	587	575	571	596	
	v. h. (%)	6,3	24,7	3,7	0,3	-3,4	-4,3	-14,8	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	4,2	45,2	67,8	42,4	16,4	25,0	-22,6	
Empréstimos concedidos para habitação									
Portugal	v. h. real (%)	-4,3	-4,5	-3,9	-3,2	-3,1	-3,4	-3,8	
Centro	v. h. real (%)	-3,8	-4,1	-3,6	-3,0	-2,9	-3,1	-3,7	
Crédito à habitação vencido***									
Portugal	v. h. real (%)	-10,2	-7,2	-9,6	3,8	5,0	0,4	3,4	
Centro	v. h. real (%)	-8,8	-6,1	-8,2	5,0	6,2	2,1	4,0	
Avaliação bancária da habitação									
Portugal	€/m ²	1.111,0	1.107,3	1.090,7	1.072,3	1.059,7	1.067,7	1.029,3	
	v. h. real (%)	3,4	4,2	3,6	2,6	3,0	3,1	1,6	
Centro	€/m ²	915,0	905,0	892,0	879,0	876,7	875,4	850,9	
	v. h. real (%)	2,9	4,5	3,6	2,7	2,4	2,3	0,7	

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** Os valores de 2017 são dados provisórios estimados. A informação anterior corresponde a dados revistos.

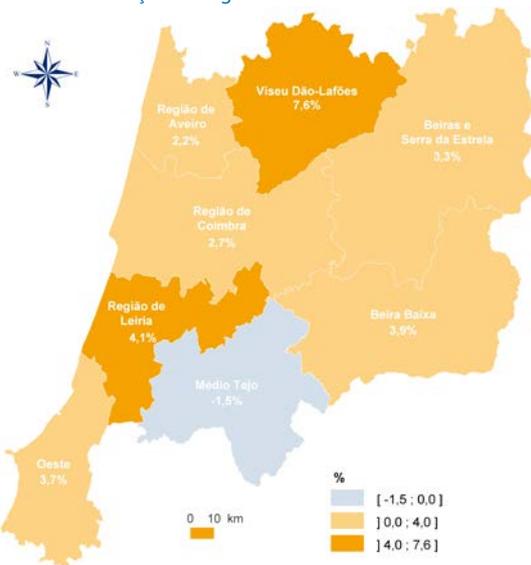
*** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação continuaram a cair no segundo trimestre de 2017, tendo sido observada uma variação homóloga real de -3,8% na região e de -4,3% no país. Já o crédito à habitação vencido voltou a diminuir, em termos homólogos reais, dando continuidade à contração iniciada no quarto trimestre de 2016 e que veio infletir seis anos de aumentos consecutivos. Apesar desta evolução favorável, o peso do crédito vencido no total do crédito à habitação concedido continua a evidenciar, neste trimestre, valores muito próximos dos máximos registados no passado.

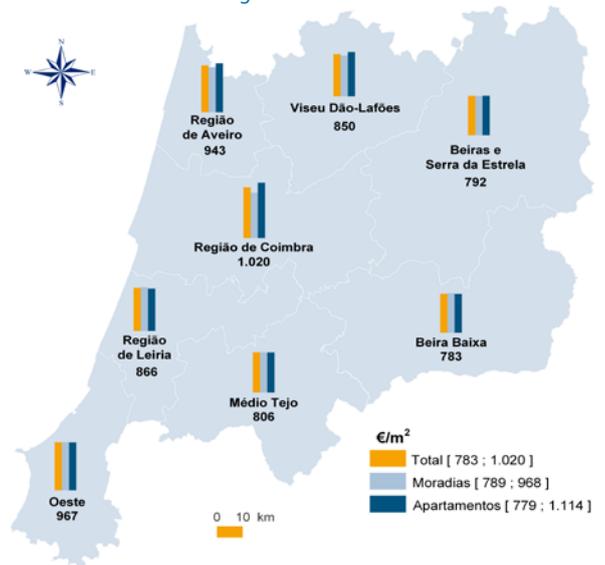
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 2,9% em termos homólogos reais (abaixo da média nacional de 3,4%), sendo cada metro quadrado destinado a habitação avaliado pelas entidades bancárias em 915 euros (aproximadamente mais 38 euros por metro quadrado do que no trimestre homólogo). Apenas no Médio Tejo o valor médio da avaliação bancária diminuiu em termos homólogos reais. Das restantes sete sub-regiões da Região Centro, destacam-se, pelas variações homólogas mais expressivas Viseu Dão-Lafões (7,6%) e Região de Leiria (4,1%).

Ambas as tipologias de habitação contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um aumento de 3,9% em termos homólogos reais no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 2,0% nas moradias. A Região de Coimbra manteve-se como a sub-região com a avaliação mais elevada (1.020€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.114€/m²). O Oeste apresentava a valorização mais elevada nas moradias (968€/m²), enquanto a menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (789€/m²). A Beira Baixa é a sub-região menos valorizada em termos médios globais (783€/m²) e nos apartamentos (779€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2017



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2017



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, evidenciando, no entanto, uma desaceleração regional face ao trimestre anterior. Todos os indicadores representativos do consumo privado regional apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas.

Os níveis médios de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, face ao trimestre homólogo, um aumento de 1,1%, embora inferior ao observado no trimestre anterior e abaixo da média nacional (que manteve um crescimento de 1,4%). Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou esta tendência de crescimento dos preços, destacando-se com os maiores aumentos as “comunicações” (3,5%), os “restaurantes e hotéis” (2,7%), os “transportes” (2,6%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,2%) e o “lazer, recreação e cultura” (2,2%). Apenas duas classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-2,0%) e os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,8%).

1,1%

foi a taxa de inflação homóloga regional e

10,1%

foi o crescimento homólogo real das compras em terminais de pagamento automático

Quadro 11 – Preços		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	1,4	1,4	0,8	0,7	0,5	0,6	0,5
Centro	v. h. (%)	1,1	1,3	0,7	0,7	0,4	0,5	0,3
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	1,5	2,0	0,4	1,4	0,2	0,4	1,2
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,2	2,6	1,9	1,5	2,1	2,3	4,0
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,0	-0,1	0,6	3,0	1,3	1,0	-1,6
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,0	0,6	0,5	-0,1	0,2	0,2	-0,5
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,8	-0,7	-0,8	-0,3	0,7	0,1	0,7
Saúde	v. h. (%)	0,4	-0,7	-0,9	-1,0	-1,1	-0,8	0,4
Transportes	v. h. (%)	2,6	5,7	1,9	-0,9	-1,5	-0,5	-1,7
Comunicações	v. h. (%)	3,5	2,3	4,4	2,2	2,7	3,4	4,0
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	2,2	0,8	1,5	0,4	1,1	1,2	-0,7
Educação	v. h. (%)	1,0	1,0	1,0	0,4	0,4	0,6	0,7
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	2,7	0,0	0,0	1,6	1,2	0,8	1,1
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	0,7	0,1	0,3	1,0	1,0	0,9	0,7

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, neste trimestre, na região e no país, a evoluções favoráveis em todos eles. As importações de bens de consumo cresceram 1,0% em termos homólogos reais, embora abaixo da média nacional de 2,6%. As receitas de cinema registaram o maior aumento homólogo real dos últimos anos, tanto na Região Centro (60,8%) como em Portugal (42,2%), contrariando o comportamento negativo verificado no trimestre anterior. O crédito para consumo que, no terceiro trimestre de 2016, influiu a tendência de quebra registada há 24 trimestres consecutivos, voltou a acelerar, neste trimestre, registando uma variação homóloga real de 3,6%. Já o peso do crédito para consumo vencido voltou a diminuir face ao período homólogo e ao período anterior, fixando-se nos 10,1% no Centro e nos 11,2% no país, continuando, de forma sustentada, a distanciar-se dos valores máximos alcançados no passado.

Também as evoluções dos indicadores referentes a levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e a compras em terminais de pagamento automático se revelaram positivas.

Quadro 12 – Consumo Privado		2T17	1T17	4T16	3T16	2T16	2016	2015	
								média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	2,6	1,0	5,6	9,1	12,0	9,2	12,5	
Centro	v. h. real (%)	1,0	3,6	10,3	13,5	16,4	12,6	10,9	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	42,2	-3,3	3,7	-0,9	-14,9	2,3	19,0	
Centro	v. h. real (%)	60,8	-4,7	1,0	-5,2	-20,6	-1,1	26,4	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	2,8	2,1	0,7	-0,4	-1,4	-2,9	-5,0	
Centro	v. h. real (%)	3,6	3,1	2,1	0,5	-0,4	-1,9	-4,8	
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	11,2	11,9	12,2	13,8	13,9	13,5	14,6	
Centro	%	10,1	10,8	11,1	12,6	12,7	12,3	13,2	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	1,7	0,3	1,4	1,6	0,9	1,4	0,7	
Centro	v. h. real (%)	2,4	0,3	1,4	2,5	0,9	1,6	0,8	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	4,7	7,0	5,6	0,5	3,7	2,5	3,6	
Centro	v. h. real (%)	4,0	6,1	5,9	0,3	3,4	2,5	3,2	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	11,0	7,4	8,4	8,4	7,3	7,9	6,9	
Centro	v. h. real (%)	10,1	6,6	8,5	7,7	6,3	7,5	5,3	

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2015 são definitivos, os de 2016 provisórios e os de 2017 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

** Os dados de 2017 das receitas de cinema são provisórios.

*** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No Centro 2020, até 30 de junho de 2017, estavam aprovadas 3.076 operações e 801,6 milhões de euros de incentivos para apoiar intenções de investimento na região de 1.447 milhões de euros. Para além deste volume de aprovações do Programa Operacional Regional, nos restantes Programas Operacionais tinham sido aprovados 2,1 mil milhões de euros de fundos europeus referentes a projetos com investimento na Região Centro.

2,9

mil milhões de euros de fundos europeus aprovados para a região até junho de 2017

3.076

operações aprovadas no Centro 2020

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do Portugal 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional Centro 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

Até ao final do segundo trimestre de 2017, encontrava-se aprovado um total de 2,9 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do Portugal 2020. O Centro 2020 (Programa Operacional Regional), o PO CI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização) e o PO ISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego) foram os que mais fundos mobilizaram para a região (75,4% no seu conjunto). Note-se, no entanto, que estes valores respeitavam apenas a projetos com localização integral na Região Centro (mono-regionais), não incluindo os projetos com investimentos no Centro e noutras regiões (multi-regionais).

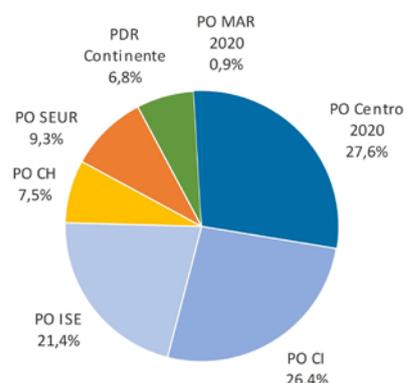
FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Distribuição do fundo comunitário atribuído às operações aprovadas, na Região Centro, no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020 (30 de junho de 2017)



Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 no Centro

PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

PO CH – Programa Operacional Capital Humano

PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

Até 30 de junho de 2017, estavam aprovados cerca de 2,1 mil milhões de euros de fundos europeus, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do Portugal 2020 na Região Centro – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Saliente-se, no entanto, que estes valores não incluem os projetos com investimentos no Centro e noutras regiões (multi-regionais) mas apenas os projetos cujos investimentos são integralmente na Região Centro.

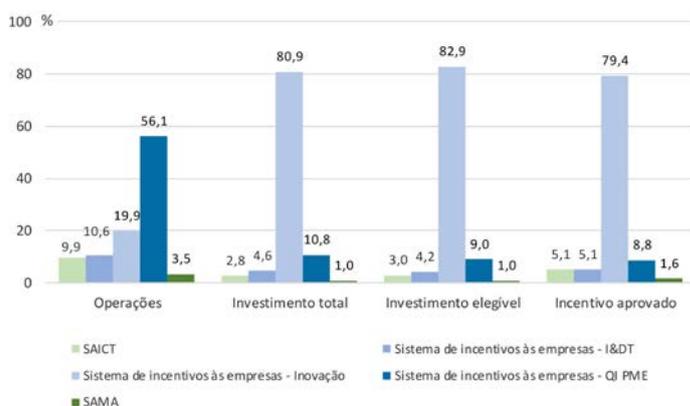
Quadro 13 - Aprovações nos Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 na Região Centro* (30 de junho de 2017)	Despesas elegíveis	Fundo aprovado
	Milhares de euros	
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	1.518.358	766.521
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	732.552	621.215
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	253.562	218.805
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	328.283	269.863
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	365.349	198.278
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	66.800	26.551
TOTAL no Centro*	3.264.905	2.101.233

* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

Até ao final do segundo trimestre de 2017, estavam aprovadas no **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização** (PO CI) – Compete 2020, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, 943 operações com investimento na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo europeu de 766,5 milhões de euros e um investimento previsto de 1.663 milhões de euros. Em média, cada projeto aprovado neste programa operacional envolvia um investimento na região de 1,8 milhões de euros e um cofinanciamento de 813 mil euros de fundos europeus.

A maioria das aprovações do Compete 2020 na região respeitava ao sistema de incentivos às empresas nas suas diferentes tipologias, seguindo-se o sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) e, por último, o sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA). Nas operações aprovadas prevaleciam os projetos de qualificação e internacionalização de pequenas e médias empresas (56,1%). No entanto, a grande maioria dos fundos aprovados (79,4%) destinavam-se a projetos de inovação nas empresas, uma vez que esta tipologia de projetos envolve valores médios de investimento e, conseqüentemente, de fundos europeus muito elevados. De facto, enquanto a média de investimento elegível aprovado nos projetos de qualificação e internacionalização rondou os 258 mil euros, nos projetos de inovação cifrou-se nos 6,7 milhões de euros, envolvendo, em média, 3,2 milhões de euros de cofinanciamento por operação.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – Compete 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2017) *



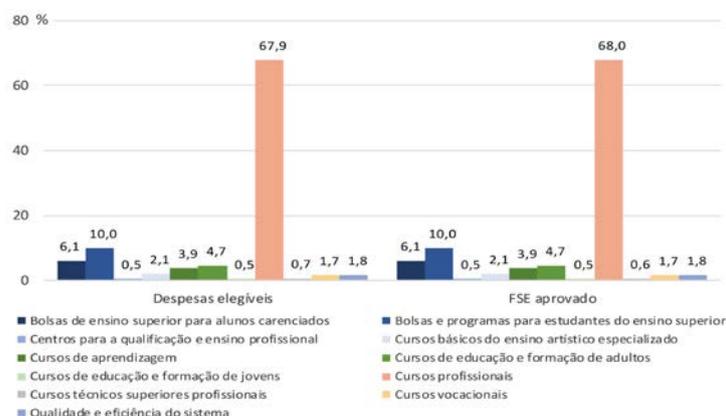
I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
 QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
 SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
 SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa

* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

No **Programa Operacional Capital Humano** (PO CH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de junho de 2017, na Região Centro, estavam aprovados 621 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 733 milhões de euros.

Do apoio aprovado 68,0% destinava-se a cofinanciar cursos profissionais que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho (já no QREN foram os cursos profissionais que absorveram maior valor de fundo europeu). De entre as restantes ações, destacavam-se ainda as bolsas e programas para estudantes do ensino superior (10,0%), as bolsas de ensino superior para alunos carenciados (6,1%), bem como os cursos de educação e formação de adultos (4,7%) e os cursos de aprendizagem (3,9%), que visam a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores através duma aprendizagem ao longo da vida.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2017)*



* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego** (PO ISE), que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, até ao final do segundo trimestre de 2017, estavam já aprovados, na Região Centro, 253,6 milhões de euros de despesas elegíveis e 218,8 milhões de euros de FSE.

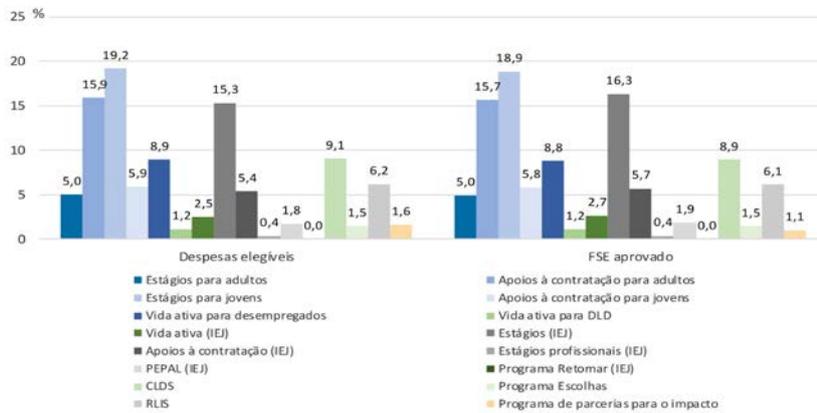
Uma parte relevante do fundo aprovado (27,1%) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem, no âmbito de estágios, estágios profissionais em empresas e na administração local, de apoios à contratação e de inserção na vida ativa, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude.

O cofinanciamento de ações de acesso ao emprego assumia, no seu conjunto, um valor ainda mais expressivo (45,3% do FSE aprovado), tratando-se de estágios para jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (18,9%), apoios à contratação de adultos (15,7%), apoios à contratação de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (5,8%) e de estágios para adultos (5,0%).

De referir também os cursos vida ativa sobretudo para desempregados há menos de um ano (8,8% do FSE aprovado), mas também para desempregados de longa duração (1,2%), traduzindo-se na participação em formações modulares e formação prática em contexto de trabalho.

Salientam-se ainda os contratos locais de desenvolvimento social, responsáveis por 8,9% do fundo aprovado, que visam promover a inclusão social dos indivíduos de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate a situações críticas de pobreza, especialmente a infantil, e de exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2017) *



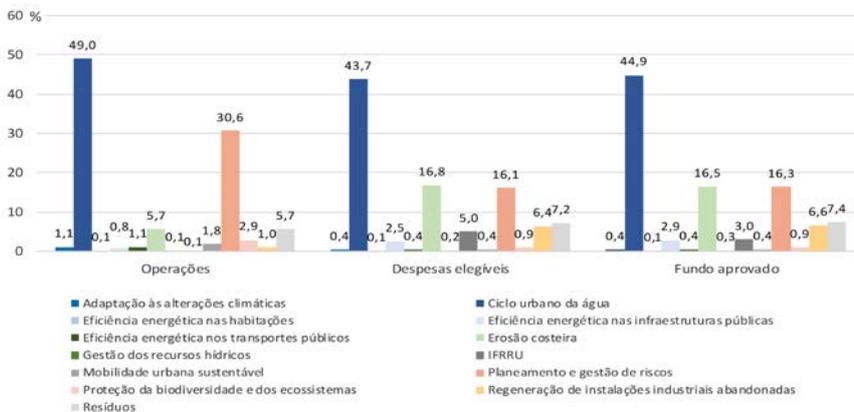
* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

- CLDS - Contratos locais de desenvolvimento social
- DLD – Desempregados de longa duração
- FSE – Fundo Social Europeu
- IEJ – Iniciativa Emprego Jovem
- PEPAL - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local
- RLIS - Rede local de intervenção social

No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até final de junho de 2017, estavam aprovadas 725 operações que envolviam 328,3 milhões de euros de investimento elegível e 269,9 milhões de euros de fundo europeu. Em média, cada projeto aprovado neste programa operacional envolvia uma despesa elegível de 453 mil euros e um cofinanciamento de 372 mil euros de fundos europeus.

Cerca de 45% do valor de fundo europeu aprovado respeitava a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem de águas residuais.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de junho de 2017) *



* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

De destacar também as intervenções relacionadas com planeamento e gestão de riscos, que representavam 30,6% do volume de aprovações e 16,3% do incentivo aprovado, em que se incluem as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no

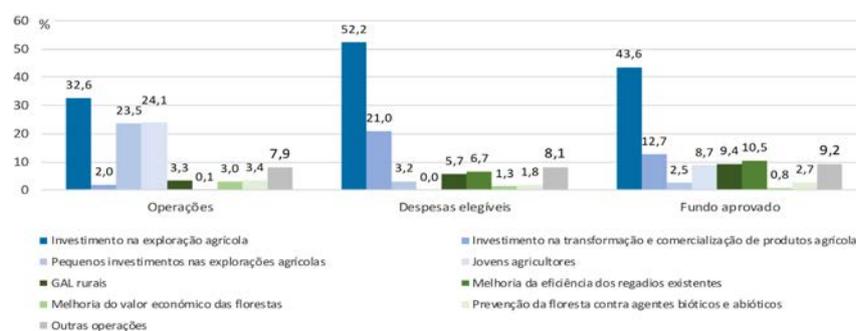
município de Coimbra (com fundo europeu aprovado de 12 milhões de euros), investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar e no aproveitamento hidráulico do rio Mondego e na prevenção de incêndios.

Os projetos de prevenção da erosão costeira absorviam 16,5% do fundo aprovado, destacando-se as operações de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos, de proteção costeira da Praia da Formosa e Praia Azul (Torres Vedras), de proteção do litoral da Região Centro entre as praias do Furadouro e Vieira, de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro e de proteção e recuperação do sistema dunar através do reforço do cordão dunar entre Ílhavo e Mira.

No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até final de junho de 2017, na Região Centro, estavam aprovadas 2.851 operações, envolvendo uma despesa elegível de 365 milhões de euros e 198 milhões de euros de FEADER.

Para este nível de compromisso, contribuíram fortemente os projetos aprovados no âmbito da ação “Investimento na exploração agrícola” (43,6% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental. De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (12,7%), que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, e operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes (10,5% do fundo aprovado), designadamente no aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis, no bloco de rega do Boco (Marinha Grande) e das Salgadas (Leiria), e no aproveitamento hidroagrícola da Cela (Alcobaça).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2017) *



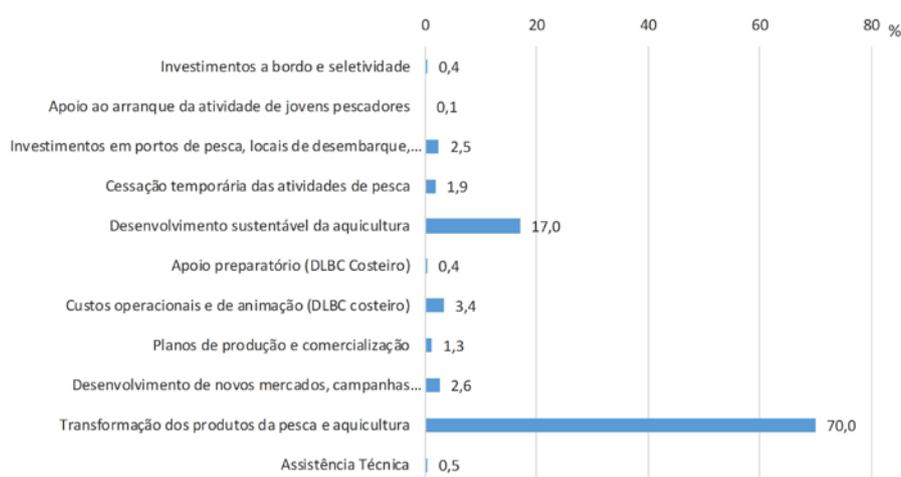
* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

De salientar também a área do desenvolvimento local, responsável por 9,4% do fundo europeu aprovado, operacionalizado pelos 23 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que terão a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Os 18,6 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área destinaram-se, numa primeira fase, às operações de qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Durante o segundo trimestre de 2017, verificaram-se já algumas aprovações para concretização das estratégias nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas” e “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, ainda que com pouca expressão.

Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de junho de 2017, na Região Centro, tinham sido aprovados 66,8 milhões de euros de despesa elegível e 26,6 milhões de euros de FEAMP, num total de 95 operações.

Os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 70,0% do fundo aprovado. De destacar, nesta medida, o investimento da empresa Luís Silvério & Filhos, que se dedica à comercialização de pescado fresco e congelado, numa nova unidade na Nazaré, com uma despesa elegível de 15,8 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus à Conserveira South Atlantic Capital, em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e à Litofish, Lda., na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de junho de 2017)*



* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

De destacar também os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura, que absorviam 17,0% do fundo europeu aprovado, e as parcerias de desenvolvimento local costeiro, com cerca de 3,8%. No caso da Região Centro estas parcerias encontram-se organizadas em cinco grupos de ação local no setor das pescas (GAL-Pesca): GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura.

Centro 2020

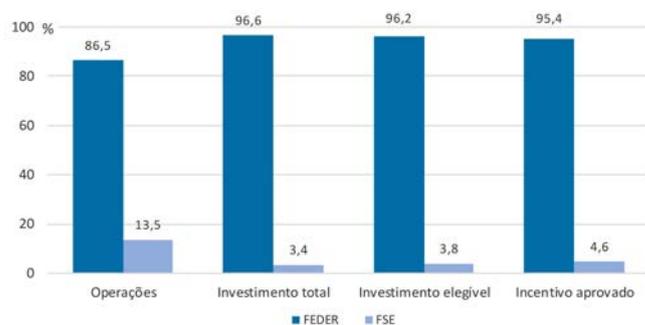
Até 30 de junho de 2017, 64% dos fundos programados do Programa Operacional Regional – Centro 2020 tinham já sido colocados a concurso nos 213 avisos abertos, tendo sido apresentadas 8.114 candidaturas, com intenções de investimento na região de 3,3 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do Centro 2020 corresponde a 2.155 milhões de euros.

Foram aprovadas 3.076 operações, que previam um investimento total na região de 1.447,3 milhões de euros e uma comparticipação financeira de 801,6 milhões de euros de fundos europeus. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento de 471 mil euros e um apoio europeu de 261 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do Centro 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		junho 2017	março 2017	dezembro 2016	setembro 2016	junho 2016
Concursos						
Total	número	213	127	116	107	93
Fundo comunitário	milhões €	1.379,3	1.189,4	1.096,0	971,9	922,2
	% da dotação de fundo	64,0	55,2	50,9	45,1	42,8
Em aberto	número	90	20	15	25	21
Fundo comunitário	milhões €	145,2	409,1	346,9	456,1	492,5
Encerrados	número	123	107	101	82	72
Fundo comunitário	milhões €	1.234,1	780,3	749,1	515,8	429,8
Candidaturas apresentadas						
Total	número	8.114	6.423	6.306	5.649	4.975
Investimento total previsto	milhões €	3.347,5	2.770,9	2.659,1	2.331,8	1.934,5
Operações aprovadas						
Total	número	3.076	2.616	2.469	1.790	1.542
Investimento total	milhões €	1.447,3	1.194,3	1.086,9	750,7	543,3
Investimento elegível	milhões €	1.241,6	1.026,0	937,6	631,2	444,8
Fundo comunitário	milhões €	801,6	652,9	577,0	380,7	264,0

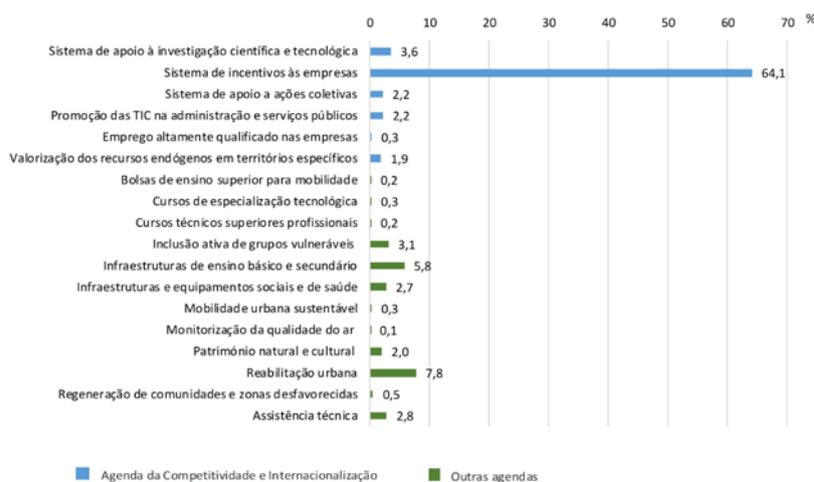
A estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no Centro 2020 corresponde a 81% de FEDER e 19% de FSE (ou seja, 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE). No entanto, até ao final de junho de 2017, a grande pressão era sobre o FEDER (95,4% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda muito distante dos montantes programados. Deste modo, embora a grande maioria das aprovações (2.660) tivesse cofinanciamento FEDER, estavam aprovadas 416 operações com comparticipação de FSE (36,9 milhões de euros), correspondendo a 9,1% da dotação programada e a 4,6% do incentivo total aprovado até à data.

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por tipologia de fundo (30 de junho de 2017)



O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 74,2% dos fundos europeus aprovados no Centro 2020, traduzindo-se em 2.768 operações aprovadas (90% do total), 1.143,8 milhões de euros de intenções de investimento e 594,6 milhões de euros de incentivos. A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, que mobilizou 84,1% das aprovações (2.587 operações aprovadas) e 64,1% dos incentivos aprovados (correspondendo a 513,6 milhões de euros). Ainda neste domínio destacava-se o sistema de apoio à investigação científica e tecnológica, que absorvia 3,6% dos fundos aprovados, traduzindo-se em apoios para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional Centro 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2017)



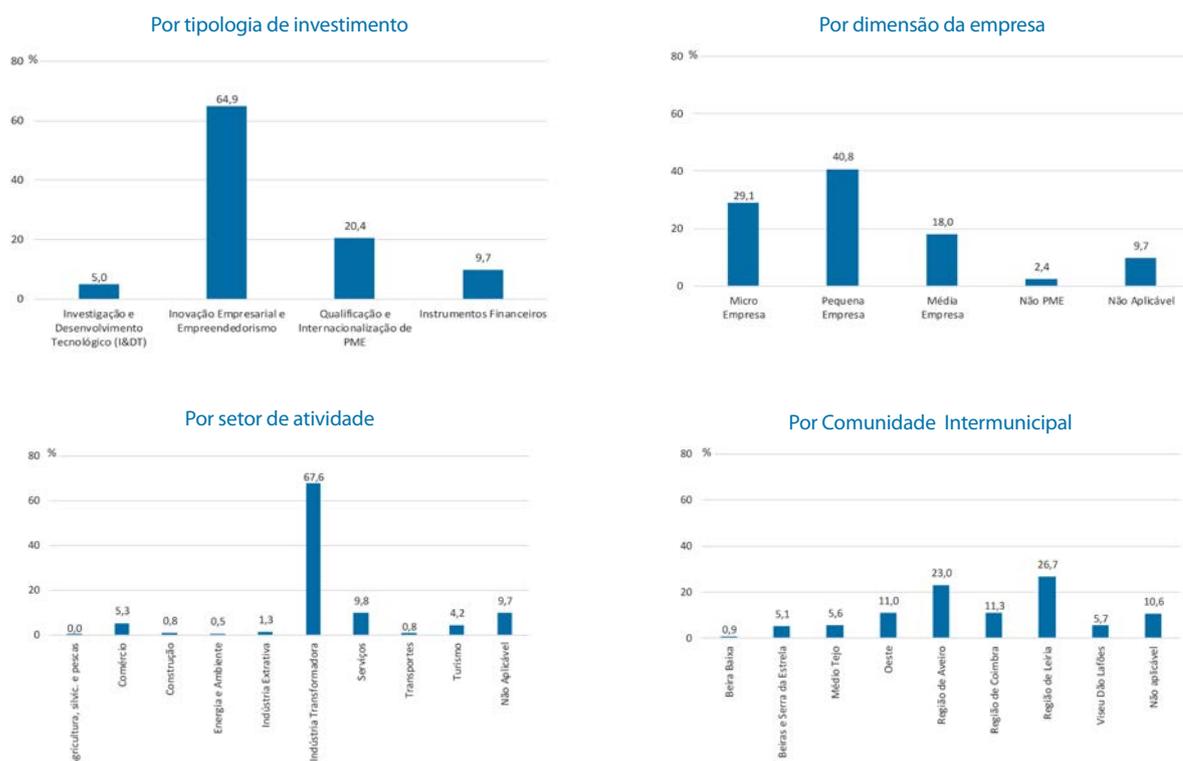
Fora do domínio da competitividade e internacionalização, destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (7,8% dos fundos aprovados), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,8%), à inclusão ativa de grupos vulneráveis (3,1%), designadamente à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção, e os apoios a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (2,7%).

De salientar que as operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos projetos de incentivo à realização de trabalho socialmente necessário (25,1 milhões de euros de fundos aprovados) e também a projetos de formação de empresários e trabalhadores integrados em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (4,0 milhões de euros), projetos de contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,5 milhões de euros), cursos de especialização tecnológica (2,2 milhões de euros), cursos técnicos superiores profissionais (1,7 milhões de euros) e bolsas de ensino superior para a mobilidade (1,4 milhões de euros).

Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 64,9% referia-se a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo, enquanto apenas 5,0% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Cinquenta milhões de euros (9,7% do fundo aprovado) estavam afetos a instrumentos financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o Centro 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista. Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas empresas (40,8%) e à indústria transformadora (67,6%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

CIM - Comunidade Intermunicipal
PME - Pequenas e médias empresas

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do Centro 2020 (30 de junho de 2017)



Até esta fase, a gestão do Portugal 2020 esteve muito focada no lançamento de avisos e nas aprovações dos projetos, havendo, no entanto, um esforço para que a execução seja acelerada, nomeadamente com as várias iniciativas do programa Acelerador de Investimento para antecipar e acelerar a execução dos projetos e, conseqüentemente, do investimento privado e público no país. Deste modo, até final do segundo trimestre de 2017, o programa tinha 37,2% da sua dotação comprometida e estavam validados 148,2 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 6,9%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 185,1 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) bastante superior a 100% (124,9%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 23,1%.

Quadro 15 - Monitorização do Centro 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		junho 2017	março 2017	dezembro 2016	setembro 2016	junho 2016
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	216.606	161.411	103.134	64.732	26.656
Fundos comunitários	milhares €	148.163	110.659	71.975	46.814	17.561
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	185.078	152.460	109.433	57.011	30.643
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	37,2	30,3	26,8	17,7	12,3
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	6,9	5,1	3,3	2,2	0,8
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	18,5	16,9	12,5	12,3	6,7
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	23,1	23,4	19,0	15,0	11,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	124,9	137,8	152,0	121,8	174,5

FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
 - Inquérito ao Emprego
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
 - Inquéritos Qualitativos de Conjuntura
- Banco de Portugal
 - Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

- IEFP - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Índice de Custo do Trabalho (Base 2012)

Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Iberinform, Crédito y Caución
 - Empresas constituídas
 - Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
 - Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II
- Secções selecionadas:
 - I – Animais vivos e produtos do reino animal
 - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
 - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
 - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
 - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
 - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
 - XI – Matérias têxteis e suas obras
 - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
 - XV – Metais comuns e suas obras
 - XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
 - XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
 - Estatísticas das Obras Concluídas
 - Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para habitação
 - Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
 - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
 - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
 - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
 - Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
 - Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 5, n.º 6, n.º 7, n.º 8 e n.º 9
- Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do Portugal 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2017 foi recolhida até ao dia 13 de setembro de 2017.

